

ACEMBEX – COMÉRCIO E SERVIÇOS, LDA.

Relatório e Contas
31 de Dezembro de 2008

ACEMBEX – COMÉRCIO E SERVIÇOS, LDA.

RUA MANUEL PINTO DE AZEVEDO, 272 - 3º • 4100-320 PORTO • PORTUGAL • TEL+351 226 156 000 • FAX +351 226 156 099 • e-mail: acembex@rar.pt •
<http://acembex.rar.pt>

SEDE SOCIAL: PASSEIO ALEGRE, 624 PORTO • CAPITAL SOCIAL EUR 750 000 • MATRIC. C.R.C. PORTO Nº 18 804 • N.I.P.C. 500 007 560

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	2
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	34
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	36

RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2008

Exmos. Senhores,

No cumprimento das disposições legais, a Gerência vem submeter para apreciação o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2008.

1. INTRODUÇÃO

Durante este exercício, a Acembex manteve uma posição de destaque como importadora e distribuidora de cereais (trigo, milho, arroz, cevada) e de outras matérias-primas para as indústrias de panificação, descasque de arroz e de rações.

2. ENVOLVENTE

Num ano de 2008 marcado por uma grande turbulência nos mercados internacionais, também os preços das matérias-primas com que trabalhamos viveram um período de grande volatilidade, com uma queda abrupta das suas cotações no último trimestre.

Estes movimentos desencadearam alguma instabilidade nos sectores em que actuamos, com especial incidência na área das rações, onde se verificou uma significativa redução dos consumos.

No entanto, a expansão da nossa actividade no sector de alimentação humana, e nas novas áreas geográficas de actuação, nomeadamente para o sul do país e ilhas adjacentes, fez com que estes factos não viessem impedir o crescimento que havia sido planeado.

3. ACTIVIDADE DA EMPRESA

A Acembex continuou a ser em 2008 um dos maiores importadores nacionais de cereais e seus derivados, tendo movimentado cerca de 120 navios, representado mais de 800 mil toneladas, provenientes da Europa (França, Inglaterra, Alemanha, Espanha, Polónia Holanda e Roménia), de África (Costa do Marfim e Nigéria), da América (USA, Canadá, Guiana Francesa, Brasil e Argentina), e ainda do Extremo Oriente (Tailândia), e com destino aos portos de Aveiro, Leixões, Lisboa, Ponta Delgada e Praia da Vitória (ambos nos Açores), e Caniçal (na Madeira).

A sua actividade cresceu 5% face ao ano anterior, sendo que o crescimento de 20% verificado nos fornecimentos de trigo de panificação absorveu a quebra de consumo da indústria de rações.

A Empresa tem vindo a implementar de forma sistemática novos mecanismos de controlo de gestão, com vista a melhorar o nível de rendibilidade e simultaneamente a minimizar os riscos inerentes à sua actividade. A par destas alterações, continuou a ser efectuado um esforço de diversificação dentro das áreas tradicionais da Empresa, nomeadamente na procura sistemática de novas origens.

Inserida num sector onde a segurança alimentar é um factor essencial, a Acembex desenvolve, em parceria com alguns dos seus clientes e fornecedores, um complexo conjunto de acções de controlo, rastreio e tracibilidade ao longo dos fluxos de aprovisionamento. A Empresa, viu em 2008 renovada a certificação do seu Sistema de Qualidade e Segurança Alimentar, com base nos referenciais "ISO 9001:2000" e "GTP" (Good Trading Practice) pelo organismo competente em Bruxelas, a Coceral.

A componente prestação de serviços de logística, que continua a ter um peso significativo na actividade da Acembex, tendo representado cerca de 30% dos meios libertos da empresa.

4. ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA

A evolução das contas patrimoniais, reflectiram ao longo do ano o comportamento normal para a actividade da Empresa não se tendo verificado deterioração nos rácios mais significativos, nomeadamente, cobranças, pagamentos e rotação de stocks.

5. PERSPECTIVAS FUTURAS

Em termos futuros, a Empresa continua a assumir que existem oportunidades de desenvolvimento, nas áreas de negócio tradicionais e nas suas adjacências, continuando a apostar na intensificação da componente prestação de serviços e na procura sistemática de novas oportunidades, não só em termos de produtos, como de novos serviços.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Ao resultado líquido do exercício, no valor de 178.201 Euros propõe-se, a seguinte distribuição:

Reserva Legal – 8.910 Euros
Dividendos – 150.000 Euros
Resultados Transitados – 19.291 Euros

7. NOTAS FINAIS

Dando cumprimento ao Artigo 21º do Dec.Lei Nº 411/91 de 17 de Outubro, informa-se que a empresa tem regularizada a sua situação com a Segurança Social.

Finalmente cabe registar uma palavra de apreço, e o nosso agradecimento, ao empenho e dedicação de todos os colaboradores, bem como a todas as entidades que, de alguma forma, prestaram o seu contributo para o resultado obtido.

Porto, 23 de Janeiro de 2009

A GERÊNCIA

Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos
Luís José Sena de Vasconcelos

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ACEMBEX – COMÉRCIO E SERVIÇOS, LDA.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euro)

ACTIVO	Notas	2008	2007
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Imobilizações corpóreas	5	93.590	98.643
Imobilizações incorpóreas	6	12.905	-
Investimentos em empresas associadas	7	10.000	10.000
Total de activos não correntes		<u>116.495</u>	<u>108.643</u>
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências	9	3.535.504	2.293.085
Clientes	10	7.267.331	11.248.870
Estado e outros entes públicos	11	159.884	4.414
Outras dívidas de terceiros	12	369.420	2.363.783
Outros activos correntes	13	136.688	242.794
Caixa e equivalentes de caixa	14	82.213	752.180
Total de activos correntes		<u>11.551.040</u>	<u>16.905.126</u>
Total do activo		<u><u>11.667.535</u></u>	<u><u>17.013.769</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	15	750.000	750.000
Reservas legais	15	83.914	75.919
Reservas de reavaliação	15	20.880	20.880
Resultados transitados		184.696	162.827
Resultado líquido do exercício		178.201	159.864
Total do capital próprio		<u>1.217.691</u>	<u>1.169.490</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Credores por locações financeiras	17	31.775	31.960
Passivos por impostos diferidos	8	8.696	7.416
Total de passivos não correntes		<u>40.471</u>	<u>39.376</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários de curto prazo	16	1.134.329	982.111
Credores por locações financeiras	17	32.531	28.926
Fornecedores	19	8.295.662	14.031.545
Estado e outros entes públicos	20	673.512	600.148
Outras dívidas a terceiros	21	163.354	85.835
Outros passivos correntes	22	109.985	76.338
Total de passivos correntes		<u>10.409.373</u>	<u>15.804.903</u>
Total do capital próprio e passivo		<u><u>11.667.535</u></u>	<u><u>17.013.769</u></u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Sónia Rodrigues de Sousa

A Gerência: Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos, Luís José Sena de Vasconcelos

ACEMBEX – COMÉRCIO E SERVIÇOS, LDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euro)

	Notas	2008	2007
Proveitos operacionais:			
Vendas	27	120.584.633	130.616.427
Prestações de serviços	27	5.184.769	5.588.040
Outros proveitos operacionais	28	951.219	828.169
Total de proveitos operacionais		<u>126.720.621</u>	<u>137.032.636</u>
Custos operacionais:			
Custo das vendas	29	118.768.165	128.445.142
Fornecimentos e serviços externos	30	6.319.155	7.360.924
Custos com o pessoal	31	612.614	663.496
Amortizações e depreciações	5 e 6	48.742	50.014
Provisões e perdas por imparidade	23	193.978	(8.451)
Outros custos operacionais	32	380.991	242.795
Total de custos operacionais		<u>126.323.645</u>	<u>136.753.920</u>
Resultados operacionais		396.976	278.716
Proveitos e ganhos financeiros	33	63.922	30.497
Custos e perdas financeiras	33	135.988	92.463
Resultado antes de impostos		<u>324.910</u>	<u>216.749</u>
Imposto sobre o rendimento	34	146.709	56.885
Resultado líquido do exercício		<u><u>178.201</u></u>	<u><u>159.864</u></u>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Sónia Rodrigues de Sousa

A Gerência: Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos, Luís José Sena de Vasconcelos

ACEMBEX – COMÉRCIO E SERVIÇOS, LDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euro)

<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>	<u>Notas</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Recebimentos de clientes		129.753.932	131.919.149
Pagamentos a fornecedores		131.220.415	127.944.436
Pagamentos ao pessoal		587.825	675.895
Fluxos gerados pelas operações		(2.054.308)	3.298.818
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(4.703)	(124.157)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		340.866	(142.130)
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>(1.718.145)</u>	<u>3.032.531</u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Imobilizações corpóreas		2.100	12.898
Juros e proveitos similares		58.686	29.223
Empréstimos concedidos	26	1.148.669	2.792.335
		<u>1.209.455</u>	<u>2.834.456</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-	-
Imobilizações corpóreas		1.488	16.556
Imobilizações incorpóreas		15.416	-
Variação dos empréstimos concedidos	26	-	3.944.620
		<u>16.904</u>	<u>3.961.176</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>1.192.551</u>	<u>(1.126.721)</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		-	2.829.000
		<u>-</u>	<u>2.829.000</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		-	4.480.608
Amortizações de contratos de locação financeira		36.270	48.545
Juros e custos similares		130.321	86.246
Dividendos		130.000	100.000
		<u>296.591</u>	<u>4.715.399</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(296.591)</u>	<u>(1.886.398)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(822.185)	19.412
Caixa e seus equivalentes no início do período	14	(229.931)	(249.343)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14	<u>(1.052.116)</u>	<u>(229.931)</u>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Sónia Rodrigues de Sousa

A Gerência: Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos, Luís José Sena de Vasconcelos

ACEMBEX – COMÉRCIO E SERVIÇOS, LDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euro)

	Notas	Capital	Reservas		Resultados transitados	Resultado líquido	Total
			Legais	Reavaliação			
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	15	750.000	69.455	20.880	140.007	129.284	1.109.626
Aplicação do resultado líquido de 2006:							
Transf. Para reserva legal e resultados transitados		-	6.464	-	22.820	(29.284)	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Resultado líquido do exercício de 2007		-	-	-	-	159.864	159.864
Saldo em 31 de Dezembro de 2007		750.000	75.919	20.880	162.827	159.864	1.169.490
Aplicação do resultado líquido de 2007:							
Transf. Para reserva legal e resultados transitados		-	7.995	-	21.869	(29.864)	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	(130.000)	(130.000)
Resultado líquido do exercício de 2008		-	-	-	-	178.201	178.201
		750.000	83.914	20.880	184.696	178.201	1.217.691

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Sónia Rodrigues de Sousa

A Gerência: Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos, Luís José Sena de Vasconcelos

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ACEMBEX – COMÉRCIO E SERVIÇOS, LDA.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euro)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Acembex – Comércio e Serviços, Lda. (“Empresa” ou “Acembex”), é uma sociedade por quotas, com sede no Porto, constituída em 25 de Maio de 1970 e que tem como actividade principal a importação e distribuição de cereais (trigo, milho, arroz, cevada) e de outras matérias-primas para a indústria de rações e alimentar.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), em vigor em 1 de Janeiro de 2008 tal como adoptados pela União Europeia.

2.2. Investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas

As partes de capital em empresas do grupo e associadas são registadas ao custo de aquisição adicionado de eventuais despesas de compra. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registado como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos recebidos) são registados na demonstração de resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

2.3. Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) encontram-se registadas de acordo com a nova base de custo (“deemed cost”), o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade.

As depreciações foram calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados e foram imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil que foi determinada tendo em conta a utilização esperada do activo pela Empresa, do desgaste natural esperado e da sujeição a uma previsível obsolescência técnica.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (anos):

Obras em edifícios	10
Equipamento administrativo	3 a 10
Equipamento de transporte	4

As despesas subsequentes de substituição de componentes de activos fixos incorridas pela Empresa são adicionadas aos respectivos activos corpóreos, sendo o valor líquido das componentes substituídas desses activos abatido e registado como um custo na rubrica de "Outros custos operacionais".

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos das imobilizações corpóreas, são registadas como custo do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda de imobilizado corpóreo são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registados pelo valor líquido na demonstração de resultados, como "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais". As perdas resultantes do abate de imobilizado corpóreo são igualmente registadas pelo seu valor líquido na demonstração de resultados como "Outros custos operacionais".

2.4. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa as puder controlar e se puder medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso, e para as quais seja provável que o activo criado irá gerar benefícios económicos futuros são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram com estes critérios são registadas como custo do exercício quando incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado o qual corresponde genericamente ao período de três a quatro anos.

Nos casos de marcas e patentes, com vida útil indefinida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

2.5. Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço quando a Empresa se torna parte contratual do respectivo instrumento financeiro.

a) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica de "Perdas de imparidade em contas a receber", por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido. Usualmente as dívidas de terceiros não vencem juros.

b) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprios são contratos que evidenciam um interesse residual nos activos da Empresa após dedução dos passivos.

c) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com a taxa de juro efectiva. Os encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, incluindo prémios a pagar são contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

d) Contas a pagar

As contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

e) Instrumentos derivados e contabilidade de cobertura

A Empresa está exposta ao nível de risco financeiro, fundamentalmente a flutuações de taxas de câmbio, utilizando instrumentos derivados na gestão de alguns riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação.

Nos casos em que os instrumentos derivados, embora contratados com o objectivo específico de cobertura dos riscos financeiros inerentes ao negócio (fundamentalmente, "forwards" de taxas de câmbio para a cobertura de importações futuras), não se enquadram nos requisitos definidos no IAS 39 para classificação como instrumentos de cobertura, as variações do justo valor afectam directamente a demonstração de resultados (Nota 3).

f) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de "Empréstimos bancários", no balanço.

2.6. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse. A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.7. Existências

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, que inclui o preço de factura e todas as despesas até à sua entrada em armazém, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração.

2.8. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

2.9. Imparidade dos activos não correntes

É efectuada uma avaliação de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido, é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados. Contudo, a

reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.10. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.11. Rédito e especialização de exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de "Outros activos correntes" e "Outros passivos correntes", são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

2.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sua sede.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte da Administração Tributária durante um período de quatro anos e deste modo, a situação fiscal dos anos de 2005 a 2008 poderá ainda a vir a ser sujeita a revisão e eventuais correcções. A Gerência entende que eventuais correcções resultantes de revisão por parte da Administração Tributária à situação fiscal e parafiscal da Empresa, em relação aos exercícios em aberto, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

A Empresa está integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (accionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS).

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de

reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e, ou, para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.13. Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos activos e as provisões para riscos e encargos são classificados como activos e passivos não correntes.

2.14. Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As transacções em outras divisas que não Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Activos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para Euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício, excepto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio.

2.15. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.16. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.17. Indemnizações pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho

Os encargos associados a indemnizações pagas a trabalhadores pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho são registados no exercício em que o respectivo acordo é concluído. Caso o acordo não seja assinado no mesmo período em que produz efeitos, é constituída uma provisão para fazer face às responsabilidades assumidas pela Empresa.

3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A actividade da Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de liquidez. Estes riscos resultam da incerteza subjacente aos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes destas incertezas características dos mercados financeiros, recorrendo em determinadas situações a instrumentos derivados de cobertura.

3.1. Risco de mercado

a) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante de endividamento indexado a taxas variáveis.

O endividamento da Empresa encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco de volatilidade. O impacto dessa volatilidade nos resultados e no capital próprio da Empresa não é significativo em virtude do relativo baixo nível de endividamento e da possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos nos resultados operacionais da Empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge").

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a Empresa apresenta um endividamento líquido de aproximadamente 1.117 milhares de Euros e (857) milhares de Euros, respectivamente, divididos entre empréstimos correntes e não correntes (Notas 16, 17 e 26) e caixa e equivalentes de caixa (Nota 14) contratados junto de diversas instituições.

Análise de sensibilidade de taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo foi determinada com base na exposição da Empresa a variações na taxa de juro em instrumentos financeiros tendo por referência a estimativa de endividamento médio em 2008. Para os instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis, a análise foi preparada considerando-se que as alterações nas taxas de juros de mercado apenas afectam o proveito ou custo financeiro dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis.

Se a Euribor tivesse sido 50 pontos base superior e as restantes variáveis mantidas constantes, o resultado financeiro do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 viria diminuído em cerca de 3,5 mil Euros.

b) Risco de taxa de câmbio

Na sua actividade operacional, a Empresa realiza transacções diversas expressas em outras moedas que não Euro. Este risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transacções comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional da Empresa.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio de transacção da Empresa procura minimizar ou eliminar esse risco, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da mesma a flutuações cambiais. Sempre que possível, a Empresa procura realizar coberturas naturais dessas exposições cambiais, compensando os créditos concedidos e os créditos recebidos expressos na mesma divisa. Quando tal não é possível, recorre-se a outros instrumentos derivados de cobertura, fundamentalmente "forwards" de taxas de câmbio.

Nos casos em que os instrumentos derivados de cobertura, embora contratados com o objectivo específico de cobertura dos riscos cambiais, não se enquadram nos requisitos definidos no IAS 39 para classificação como instrumentos de cobertura, as variações do justo valor afectam directamente a demonstração dos resultados.

c) Risco de preço

O Risco de mercado da Acembex poderá situar-se ao nível da volatilidade dos preços das matérias-primas que transacciona. Esta empresa, no entanto neutraliza este risco através da adopção dos seguintes procedimentos:

- Aquisição e venda das referidas matérias-primas efectuadas em simultâneo, na grande maioria das transacções;
- Transacções efectuadas ao abrigo de contratos internacionais, nomeadamente GAFTA ("Grain and Feed Trade Association") e INCOGRAIN.

3.2. Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando uma perda para a Empresa.

O risco de crédito decorrente da actividade operacional está essencialmente relacionado com dívidas de vendas realizadas e serviços prestados a clientes (Nota 10). A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro da Empresa. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objectivo da gestão é (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimento de cada cliente, (b) monitorar a evolução do nível de crédito concedido, e (c) realizar análise de imparidade aos valores a receber numa base regular.

A Empresa não apresenta risco de crédito significativo com algum cliente em particular, ou com algum grupo de clientes com características semelhantes, na medida em que as contas a receber estão repartidas por diversos clientes, diferentes negócios e diferentes áreas geográficas. A Empresa obtém garantias de crédito, sempre que a situação financeira do cliente assim o recomende. Para os clientes em que o risco de crédito o justifique, essas garantias consubstanciam-se em seguros de crédito e garantias bancárias.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados considerando-se (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 encontram-se divulgados na Nota 23.

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a Empresa considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de forma resumida, na Nota 23.

Os montantes relativos aos activos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição da Empresa ao risco de crédito.

3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão do risco de liquidez da Empresa tem por objectivo:

- Liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correctos nas respectivas datas de vencimento;
- Segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira – garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A Empresa tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de activos e passivos, gerindo as respectivas maturidades de forma equilibrada.

Por política, gerindo a sua exposição ao risco liquidez, a Empresa assegura a contratação de instrumentos e facilidades de crédito de diversas naturezas e em montantes adequados à especificidade das suas necessidades, garantindo níveis confortáveis de folga de liquidez. Também por política, essas facilidades são contratadas sem envolver concessão de garantias.

A informação constante neste anexo inclui os montantes em dívida não descontados e os prazos de vencimento foram determinados com base na data mais próxima em que a Empresa pode ser solicitada a liquidar aqueles passivos ("worst case scenario"), no pressuposto do cumprimento de todos os requisitos contratualmente definidos.

4. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, não se registaram alterações significativas de políticas contabilísticas nem correcções de erros fundamentais.

5. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	2008			
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Total
Activo bruto:				
Saldo inicial	65.423	139.327	59.412	264.162
Adições	-	39.690	1.488	41.178
Alienações	-	(35.000)	-	(35.000)
Saldo final	65.423	144.017	60.900	270.340
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:				
Saldo inicial	39.253	81.897	44.369	165.519
Amortização do exercício	6.542	34.787	4.902	46.231
Alienações	-	(35.000)	-	(35.000)
Saldo final	45.795	81.684	49.271	176.750
Valor líquido	19.628	62.333	11.629	93.590

	2007			
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Total
Activo bruto:				
Saldo inicial	65.423	187.878	50.875	304.176
Adições	-	-	16.556	16.556
Alienações	-	(48.551)	(8.019)	(56.570)
Saldo final	65.423	139.327	59.412	264.162
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:				
Saldo inicial	32.711	72.143	49.446	154.300
Amortização do exercício	6.542	40.530	2.942	50.014
Alienações	-	(30.776)	(8.019)	(38.795)
Saldo final	39.253	81.897	44.369	165.519
Valor líquido	26.170	57.430	15.043	98.643

O saldo de "Edifícios e outras construções" respeita a despesas com obras em edifício utilizado pela Empresa na sua actividade, arrendado a empresa do grupo onde se insere.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor líquido contabilístico dos bens adquiridos com o recurso a locação financeira totalizava:

	31.12.08	31.12.07
Equipamento de transporte	62.333	57.430
	62.333	57.430

Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa não tinha hipotecado ou penhorado quaisquer bens de imobilizado como garantia de empréstimos bancários concedidos à Empresa.

6. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	2008	
	Software	Total
Activo bruto:		
Saldo inicial	327	327
Adições	15.416	15.416
Alienações	-	-
Saldo final	15.743	15.743
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:		
Saldo inicial	327	327
Amortização do exercício	2.511	2.511
Alienações	-	-
Saldo final	2.838	2.838
Valor líquido	12.905	12.905

7. INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 esta rubrica incluía a seguinte participação:

Empresa	Sede social	2008		2007	
		Percentagem do capital detido	Valor de aquisição	Percentagem do capital detido	Valor de aquisição
Acembex España, S.L.	Vigo – Espanha	100,00	10.000	100,00	10.000

Em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, os principais indicadores desta empresa eram como segue:

Empresa	2008		2007	
	Capital próprio	Resultado líquido	Capital próprio	Resultado líquido
Acembex España, S.L.	109.216	198.126	109.216	(137)

*Informação ainda não aprovada em Assembleia Geral.

8. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Impostos diferidos passivos	
	31.12.08	31.12.07
Diferença na base tributável de imobilizado	(8.696)	(7.416)
	<u>(8.696)</u>	<u>(7.416)</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foi como segue:

	2008	2007
Saldo inicial	(7.416)	(7.529)
Efeito em resultados (Nota 34):		
Diferença na base tributável de imobilizado	(1.280)	113
Saldo final	<u>(8.696)</u>	<u>(7.416)</u>

9. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.08	31.12.07
Mercadorias	3.535.504	2.293.085
	<u>3.535.504</u>	<u>2.293.085</u>

10. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31.12.08	31.12.07
Cientes, conta corrente	7.267.331	11.248.870
Cientes, cobrança duvidosa	196.969	2.991
	<u>7.464.300</u>	<u>11.251.861</u>
Perdas de imparidade acumuladas em contas de clientes (Nota 23)	(196.969)	(2.991)
	<u>7.267.331</u>	<u>11.248.870</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a antiguidade destes saldos é como segue:

	31.12.08	31.12.07
Saldo não vencido	4.231.034	5.128.254
Saldo vencido		
Entre 0 e 90 dias	2.562.198	6.016.576
Entre 90 e 180 dias	407.792	51.706
Mais de 180 dias	66.306	52.334
	<u>7.267.331</u>	<u>11.248.870</u>

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Estado e outros entes públicos" tinha a seguinte composição:

	31.12.08	31.12.07
Imposto sobre o valor acrescentado	159.884	4.414
	<u>159.884</u>	<u>4.414</u>

12. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Outras dívidas de terceiros" tinha a seguinte composição:

	31.12.08	31.12.07
Outros devedores	171.287	255.864
Adiantamentos a fornecedores	174.415	885.724
Empresas do Grupo (Nota 26)	23.718	1.222.195
	<u>369.420</u>	<u>2.363.783</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a antiguidade destes saldos é como segue:

	31.12.08	31.12.07
Saldo não vencido	58.875	1.754.753
Saldo vencido		
Entre 0 e 90 dias	253.719	411.903
Entre 90 e 180 dias	10.558	149.428
Mais de 180 dias	46.268	47.699
	<u>369.420</u>	<u>2.363.783</u>

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Empresa de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

A Gerência entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

A Empresa não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra coberto pelo seguro de crédito.

13. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.08	31.12.07
Rappel a receber	28.668	46.667
Indemnização de seguros	3.592	65.268
Créditos a efectuar pelos fornecedores	45.000	74.000
Outros acréscimos de proveitos	15.438	16.295
Seguros pagos antecipadamente	4.041	22.340
Rendas pagas antecipadamente	3.891	4.636
Outros custos diferidos	36.058	13.588
	<u>136.688</u>	<u>242.794</u>

14. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	31.12.08	31.12.07
Numerário	1.000	1.000
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	81.213	751.180
Caixa e equivalentes de caixa	82.213	752.180
Descobertos bancários (Nota 16)	(1.134.329)	(982.111)
	<u>(1.052.116)</u>	<u>(229.931)</u>

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Em descobertos bancários estão registados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras.

15. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital social está representado por duas quotas com o valor nominal de 712.500 Euros e 37.500 Euros, respectivamente.

A Empresa é detida em 95% pela RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.

A rubrica “Reservas de reavaliação” resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos sócios podendo apenas, em

determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos de capital da Empresa ou em situações específicas na legislação.

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, podendo ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

16. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 os empréstimos bancários obtidos tinham o seguinte detalhe:

	31.12.08	31.12.07
Descobertos bancários (Nota 14)	1.134.329	982.111
	<u>1.134.329</u>	<u>982.111</u>

17. CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Pagamentos mínimos da locação financeira		Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
	31.12.08	31.12.07	31.12.08	31.12.07
Montantes a pagar por locações financeiras:				
2008	-	31.314	-	28.926
2009	35.281	25.032	32.531	23.944
2010	18.537	8.260	17.200	8.016
2011	10.308	-	9.730	-
2012	4.939	-	4.845	-
	<u>69.065</u>	<u>64.606</u>	<u>64.306</u>	<u>60.886</u>
Juros futuros	(4.759)	(3.720)	-	-
	<u>64.306</u>	<u>60.886</u>	<u>64.306</u>	<u>60.886</u>
Componente de curto prazo			<u>(32.531)</u>	<u>(28.926)</u>
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo			<u>31.775</u>	<u>31.960</u>

Os contratos de locação financeira respeitam a equipamento de transporte.

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos.

Em 31 de Dezembro de 2008, o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

No quadro acima entende-se que a diferença entre os pagamentos mínimos de locação financeira (somatório das rendas futuras) e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira (somatório) das rendas futuras excluindo o montante de juros) corresponde ao valor de juros a pagar.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Derivados de taxa de câmbio

A Empresa utilizou, durante os exercícios de 2008 e 2007, derivados de taxa de câmbio por forma a efectuar a cobertura de fluxos de caixa futuros.

Desta forma, contrataram-se diversos "forwards" de taxa de câmbio, bem como operações de "swap", e opções de compra e venda de divisas, de forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposta.

Face à natureza e montantes destas operações e ao objectivo das mesmas, o impacto nas demonstrações financeiras não foi materialmente relevante.

Os contratos de cobertura de taxa de câmbio em aberto à data de 31 de Dezembro de 2008 eram os seguintes:

<u>Moeda</u>	<u>Nacional em moeda</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa contratada</u>	<u>Justo valor contratada</u>
Dólar americano	53.360	17.02.2009	1,4621	1.891
Dólar americano	53.544	16.03.2009	1,4600	1.860
Dólar americano	46.930	20.05.2009	1,2574	(3.475)
Dólar americano	46.930	22.06.2009	1,2569	(3.452)
Dólar americano	46.930	20.07.2009	1,2567	(3.430)
				<u>(6.606)</u>

19. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.08</u>	<u>31.12.07</u>
Fornecedores, conta corrente	7.865.168	12.686.985
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	430.494	1.344.560
	<u>8.295.662</u>	<u>14.031.545</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a antiguidade destes saldos é como segue:

	<u>31.12.08</u>	<u>31.12.07</u>
Até 3 meses	7.752.621	13.381.399
Entre 3 e 4 meses	300.597	628.353
Mais de 4 meses	242.444	21.793
	<u>8.295.662</u>	<u>14.031.545</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das actividades da Empresa.

20. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica "Estado e outros entes públicos" tinha a seguinte composição:

	31.12.08	31.12.07
Imposto sobre o valor acrescentado	632.567	556.487
Contribuições para a segurança social	9.277	8.584
Retenções de imposto sobre o rendimento	31.668	35.077
	<u>673.512</u>	<u>600.148</u>

21. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica "Outras dívidas a terceiros" tinha a seguinte composição:

	31.12.08	31.12.07
Empresas do Grupo (Nota 26)	149.283	58.762
Outros credores	14.071	27.073
	<u>163.354</u>	<u>85.835</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a antiguidade das dívidas vencidas é como segue:

	31.12.08	31.12.07
Saldo não vencido	149.790	58.762
Saldo vencido		
Entre 0 e 90 dias	4.239	-
Entre 90 e 180 dias	-	-
Mais de 120 dias	9.325	27.073
	<u>163.354</u>	<u>85.835</u>

22. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.08	31.12.07
Custos a pagar:		
Remunerações a liquidar	87.971	60.466
Despesas distribuição	12.308	5.000
Trabalhos especializados	1.500	4.540
Encargos financeiros a pagar	4.691	2.437
Comissões	-	1.239
Outros custos a pagar	3.515	2.656
	<u>109.985</u>	<u>76.338</u>

23. PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas perdas de imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial 31.12.07	Reforço	Utilização	Saldo final 31.12.08
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 10)	2.991	193.978	-	196.969
	<u>2.991</u>	<u>193.978</u>	<u>-</u>	<u>196.969</u>

Rubricas	Saldo inicial 31.12.06	Reforço	Utilização	Saldo final 31.12.07
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 10)	72.126	-	(69.135)	2.991
	<u>72.126</u>	<u>-</u>	<u>(69.135)</u>	<u>2.991</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica da demonstração de resultados inclui o montante de 70.026 Euros referente a dívidas incobráveis e 9.342 referentes a recuperação de dívidas.

24. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

	31.12.08	31.12.07
Garantias prestadas:		
Union Invivo	610.000	610.000
C.P - Caminhos de Ferro	24.940	24.940
Glencore	1.000.000	1.000.000
Conagra	3.000.000	3.000.000
Direcção Geral das Alfândegas	-	73.071
	<u>4.634.940</u>	<u>4.708.011</u>

As responsabilidades por garantias prestadas respeitam a importações de mercadorias.

25. COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO REFLECTIDOS NO BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2008 a Empresa não tinha assumido compromissos não reflectidos no Balanço.

26. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções efectuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2008 e 2007 podem ser detalhados como segue:

Transacções	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços obtidos		Juros debitados		Juros suportados	
	31.12.08	31.12.07	31.12.08	31.12.07	31.12.08	31.12.07	31.12.08	31.12.07
Acembex España, S.L.	2.556	318.417	8.764	440.827	40.478	15.577	13.662	14.888
Centrar - Centro de Serviços de Gestão, S.A.	-	-	198.377	208.790	-	-	-	-
COMP-RAR-Central de compras, S.A.	-	-	1.024	-	-	-	-	-
Geotur - Viagens e Turismo, S.A.	-	-	11.605	14.971	-	-	-	-
Imperial - Produtos Alimentares, S.A.	1.540.762	1.582.430	-	7.120	-	-	-	-
RAR Imobiliária, S.A.	-	-	46.692	55.362	-	-	-	-
RAR - Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A.	30.000	521.283	263.122	384.689	-	-	-	-
RAR - Serviços de Assistência Clínica, Lda.	-	-	4.227	5.218	-	-	-	-
RAR - Sociedade de Controle (Holding), S.A.	-	-	249.266	505.600	1.860	1.193	-	-
RARTransportes, Lda.	-	-	91.453	109.802	-	-	-	-
	<u>1.573.318</u>	<u>2.422.130</u>	<u>874.530</u>	<u>1.732.379</u>	<u>42.338</u>	<u>16.770</u>	<u>13.662</u>	<u>14.888</u>

Saldos	Contas a receber		Contas a pagar		Empréstimos concedidos	
	31.12.08	31.12.07	31.12.08	31.12.07	31.12.08	31.12.07
Acembex España, S.L.	367.754	141.098	9.867	-	-	1.148.669
Centrar - Centro de Serviços de Gestão, S.A.	-	-	144	21.994	-	-
COMP-RAR-Central de compras, S.A.	-	-	1.229	-	-	-
Geotur - Viagens e Turismo, S.A.	-	-	2.317	1.562	-	-
Imperial - produtos Alimentares, S.A.	161.876	106.880	-	-	-	-
RAR Imobiliária, S.A.	-	-	3.889	173	-	-
RAR - Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A.	3.000	3.531	11.953	45.450	-	-
RAR - Serviços de Assistência Clínica, Lda.	-	-	(60)	13	-	-
RAR - Sociedade de Controle (Holding), S.A.	261	-	-	9.142	-	-
RARTransportes, Lda.	856	649	7.416	13.402	-	-
	<u>533.747</u>	<u>252.158</u>	<u>36.755</u>	<u>91.736</u>	<u>-</u>	<u>1.148.669</u>

Saldos	Outras dívidas a receber		Outras dívidas a pagar	
	31.12.08	31.12.07	31.12.08	31.12.07
Acembex España, S.L.	12.999	12.955	6.634	3.279
Centrar - Centro de Serviços de Gestão, S.A.	-	-	-	-
RAR - Sociedade de Controle (Holding), S.A.	1.860	890	706	-
SIEL, SGPS, S.A.	8.858	59.681	141.943	55.483
	<u>23.718</u>	<u>73.526</u>	<u>149.283</u>	<u>58.762</u>

A remuneração da Gerência pode ser decomposta como segue:

	2008	2007
Remuneração fixa	85.964	74.557
Remuneração variável	51.341	43.531
	<u>137.305</u>	<u>118.088</u>

27. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços nos exercícios de 2008 e 2007 foram como segue:

	31.12.08	31.12.07
Vendas:		
Mercado interno	118.335.496	126.524.894
Mercado intracomunitário	1.388.305	4.091.533
Mercado externo	860.832	-
	<u>120.584.633</u>	<u>130.616.427</u>
Prestações de serviços:		
Mercado interno	4.975.090	5.410.047
Mercado intracomunitário	203.477	170.871
Mercado externo	6.202	7.122
	<u>5.184.769</u>	<u>5.588.040</u>
	<u>125.769.402</u>	<u>136.204.467</u>

28. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros proveitos operacionais nos exercícios de 2008 e 2007 é a seguinte:

	31.12.08	31.12.07
Proveitos suplementares	779.193	657.045
Ganhos na alienação de imobilizado corpóreo	2.100	528
Diferenças de câmbio favoráveis	12.695	3.603
Juros de mora	129.557	105.223
Benefícios de penalidades contratuais	25.246	58.699
Outros	2.428	3.071
	<u>951.219</u>	<u>828.169</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, encontram-se registados na rubrica "Proveitos suplementares" os valores de proveitos inerentes à prestação de serviços de logística, relacionados com a actividade comercial da empresa.

29. CUSTO DAS VENDAS

Os custos das mercadorias vendidas, nos exercícios de 2008 e 2007, foram determinados como se segue:

	2008	2007
Existências iniciais	2.293.085	2.081.117
Compras	120.362.349	128.764.450
Regularização de existências	(351.765)	(107.340)
Existências finais	3.535.504	2.293.085
Custos do exercício	<u>118.768.165</u>	<u>128.445.142</u>

30. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos", nos exercícios de 2008 e 2007, pode ser detalhada como segue:

	31.12.08	31.12.07
Subcontratos	4.901.804	5.543.493
Electricidade	4.869	4.905
Combustíveis	10.241	12.227
Material de escritório	6.252	7.268
Artigos para oferta	210	3.247
Rendas e alugueres	49.564	58.815
Comunicação	16.926	20.581
Seguros	132.372	120.120
Transportes de mercadorias	431.499	617.472
Deslocações e estadas	69.417	69.498
Comissões	4.327	6.543
Honorários	690	3.000
Contencioso e notariado	267	1.339
Conservação e reparação	7.747	5.423
Publicidade e propaganda	-	2.000
Limpeza, higiene e conforto	6.897	6.765
Trabalhos especializados	480.646	748.398
Despesas de distribuição	191.773	127.181
Outros fornecimentos e serviços	3.654	2.649
	<u>6.319.155</u>	<u>7.360.924</u>

31. CUSTOS COM O PESSOAL

A repartição dos custos com o pessoal nos exercícios de 2008 e 2007 é a seguinte:

	31.12.08	31.12.07
Remunerações órgãos sociais	137.305	118.088
Remunerações do pessoal	364.755	374.241
Encargos sobre remunerações	74.651	74.783
Seguros	948	4.285
Encargos com saúde	10.932	9.103
Outros custos com pessoal	24.023	82.996
	<u>612.614</u>	<u>663.496</u>

Durante os exercícios de 2008 e 2007, o número médio do pessoal foi de 13 e 12, respectivamente.

32. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A rubrica "Outros custos operacionais" nos exercícios de 2008 e 2007 pode ser detalhada como segue:

	31.12.08	31.12.07
Impostos	22.428	19.707
Quotizações	8.961	10.432
Donativos	2.500	3.000
Multas não fiscais	225	-
Serviços bancários	21.259	19.010
Diferenças de câmbio	45.747	12.402
Juros de mora e compensatórios	269.990	172.278
Perdas na alienação de imobilizado corpóreo	-	5.443
Outros	9.881	523
	<u>380.991</u>	<u>242.795</u>

O acréscimo verificado na rubrica "Juros de mora e compensatórios" deve-se, essencialmente, ao aumento das taxas de juro e ao aumento do preço das mercadorias. Este incremento foi parcialmente compensado com o incremento dos proveitos operacionais de natureza similar (Nota 28).

33. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	31.12.08	31.12.07
Custos e perdas:		
Juros suportados:		
Relativos a descobertos e empréstimos bancários	38.966	43.473
Relativos a contratos de locação financeira	3.481	4.301
Relativos a empréstimos Grupo (Nota 26)	13.662	14.888
Outros juros de mora ou compensatórios	62.345	15.206
	<u>118.454</u>	<u>77.868</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis	3.413	6.218
Outros custos e perdas financeiras	14.120	8.377
	<u>135.988</u>	<u>92.463</u>
Resultados financeiros	(72.066)	(61.966)
	<u>63.922</u>	<u>30.497</u>
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos:		
Relativos a descobertos e empréstimos bancários	16.348	12.453
Relativos a empréstimos Grupo (Nota 26)	42.338	16.770
Diferenças de câmbio favoráveis	5.236	1.274
	<u>63.922</u>	<u>30.497</u>

34. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são detalhados como segue:

	31.12.08	31.12.07
Imposto corrente	145.429	56.998
Imposto diferido (Nota 7)	1.280	(113)
	<u>146.709</u>	<u>56.885</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto do exercício é como segue:

	31.12.08	31.12.07
Resultado antes de impostos	324.910	216.749
Efeito da aplicação dos IFRS	<u>(4.871)</u>	<u>4.228</u>
Resultado base para cálculo de imposto	<u>320.039</u>	<u>220.977</u>
Proveitos não tributáveis:		
Mais-valias contabilísticas	2.100	440
Menos-valias fiscais	-	6.193
IRC	-	3.838
Benefícios fiscais	<u>5.481</u>	<u>6.416</u>
	<u>7.581</u>	<u>16.887</u>
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais:		
Reintegrações e amort. não aceites como custos	7.308	6.135
Multas, coimas e juros	225	274
IRC e outros impostos	43	-
Mais-valias fiscais	1.050	-
Menos-valias contabilísticas	-	5.965
Ajust. de valores de activos não dedutíveis	193.988	-
Outros	<u>9.880</u>	<u>249</u>
	<u>212.494</u>	<u>12.623</u>
Lucro tributável	524.952	216.713
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	<u>26,50%</u>	<u>26,50%</u>
Imposto calculado	139.112	57.429
Insuficiência/(excesso) de estimativa de imposto	43	(3.838)
Tributação autónoma	6.274	3.407
Impostos diferidos (Nota 8)	<u>1.280</u>	<u>(113)</u>
Imposto sobre o rendimento	<u>146.709</u>	<u>56.885</u>

Pelo facto da Empresa estar integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (accionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS), registou-se em custos no exercício de 2008, o montante de 145.386 Euros, por contrapartida de conta a pagar da SIEL, SGPS, S.A., relativamente ao seu contributo para o apuramento do lucro do grupo fiscal.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 31 de Dezembro de 2008 não ocorreram factos que pela sua relevância mereçam ser apresentados.

36. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência e autorizadas para emissão em 23 de Janeiro de 2009, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Porto, 23 de Janeiro de 2009.

A Gerência:

Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos
Luís José Sena de Vasconcelos

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da **Acembex – Comércio e Serviços, Lda.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008, (que evidencia um total de 11.667.535 euros e um total de capital próprio de 1.217.691 euros, incluindo um resultado líquido de 178.201 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade da Gerência a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Gerência), utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Acembex – Comércio e Serviços, Lda.** em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia.

Porto, 31 de Março de 2009

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C.
representada por:

José Pereira Alves, R.O.C.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Sócios,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pela Gerência de **Acembex – Comércio e Serviços, Lda.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da actividade da empresa e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das variações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados, das alterações do capital próprio e dos fluxos de caixa;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;

iv) a proposta de aplicação de resultados está conforme as disposições legais e estatutárias.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Gerência e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

i) seja aprovado o Relatório de Gestão;

ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;

iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Porto, 31 de Março de 2009

O Fiscal Único

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:

José Pereira Alves, R.O.C.